

# HOMOSSEXUALIDADE, IDEOLOGIA E “SUBVERSÃO” NO REGIME MILITAR

*Benjamin Cowan*<sup>1</sup>

Em junho de 1978, Elio Gaspari, então editor de política do *Jornal do Brasil*, escreveu uma reportagem especial, tratando do relatório, recém-revelado, sobre o que o regime militar tinha censurado ou não durante a década anterior. Em “Os documentos da censura”, Gaspari – que posteriormente escreveria uma exaustiva história do regime – refletiu sobre a variedade de assuntos que tinham chamado a atenção dos censores. Estes assuntos incluíram “atividades de grupos subversivos”, “tensão entre o Governo e a Igreja, estudantes, ou sindicatos” e, notavelmente, a homossexualidade. A censura, segundo o que a reportagem revelou, “condena a publicidade de notícias vindas do mundo comunista bem como a exaltação da imoralidade e do homossexualismo” porque

essa era precisamente a versão [do governo]: um país com um regime do qual não se desgosta, onde não há dissidentes, onde vige uma política habitacional equânime e um mercado de capitais onde as fortunas se multiplicam, sem homossexuais, sem comunistas e com algumas pequenas questões que só são exaltadas por aqueles que agem contra a ordem.<sup>2</sup>

1 Meus mais profundos agradecimentos a James N. Green e Renan Quinalha por seu trabalho e dedicação que possibilitaram este volume. Também quero agradecer David Sartorius, Mir Yarfitz, Pete Sigal, Zeb Tortorici, Pablo Ben e os leitores anônimos cujas críticas enriqueceram minhas reflexões nesta pesquisa.

2 Gaspari (1978, p. 1), que anunciou há tempos o quinto volume da série de livros e acabou de lançar novas edições eletrônicas dos volumes já existentes.

Gaspari reexpressou esta visão da censura mais concisamente, sem deixar de reiterar o deslizamento entre os conceitos de homossexualidade, comunismo, desordem e oposição ao regime. A censura estatal, notou Gaspari, tentou criar um “Brasil (...) sem desordens, problemas, homossexuais, e comunistas”. Pesquisas posteriores sobre a censura reafirmaram estes enfoques – o trabalho excelente de William Martins até nota que a homossexualidade em tela constituiu-se num “alvo privilegiado” para as autoridades ditatoriais. Martins, como Gaspari há mais de 30 anos, não chega a investigar este status “privilegiado”. Por que a homossexualidade chamou a atenção dos censores – e, como veremos, dos ideólogos e forças de segurança do regime?<sup>3</sup>

Na verdade, o “bem como” de Gaspari – a implicação de uma certa correspondência, nos olhos dos censores, entre “exaltação (...) do homossexualismo” e “notícias do mundo comunista” – sugeriu a resposta a esta pergunta. Em certos poderosos requintos do regime militar, a *visibilidade* (“exaltação”) da homossexualidade tinha chegado a gerar grandes ansiedades contrassubversivas. Num momento histórico em que os direitos dos “gays” constituíram um entre vários movimentos sociais (feminismo, movimentos negro e índio, campanha pró-anistia) tenuamente aliados nas lutas pelo reconhecimento e pela democratização política, as forças de segurança apontaram para a homossexualidade, pública e privada, como manifestação da subversão. Com efeito, os “homossexuais” publicamente identificáveis e os “criptocomunistas” habitaram espaços semelhantes e, de vez em quando, indistinguíveis no panteão dos inimigos do estado, da sociedade e da segurança nacional. Os anos do ocaso da ditadura, então, foram um momento crítico não somente para o movimento gay, mas também para setores culturalmente conservadores e anticomunistas dentro do regime – para os últimos, a homossexualidade, como movimento visível que se preocupava com assuntos de direitos e identidade, pareceu parte de um complexo de desvios sexuais, culturais e morais que trariam o triunfo da subversão.

Mas a noção de um vínculo entre homossexualidade e dissolução inspirada pelos comunistas (uma visão apocalíptica da chamada “subversão”) não era nada de novo. Quando, nos anos 1960, 1970 e 1980, ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional igualaram homossexualidade com subversão inimiga, recorreram a uma tradição reacionária já presente há décadas, pelo menos desde os tempos do Integralismo. Nos anos imediatamente depois do Golpe de 1964, ativistas direitistas de envergadura nacional condenaram a homossexualidade como manifestação da subversão; esta perspectiva apareceu, também, nas principais instituições e publicações do próprio regime, onde teó-

3 Id. *ibid.* e Martins (2009, p. 113). Veja também Marcelino (2008), Simões (2001, p. 369) e Leite (2005, p. 109).

ricos e mesmo forças de seguranças viam no desejo homossexual uma tática da *guerra revolucionária* (o nome doutrinário que os teóricos da contrassubversão deram à espécie de guerra supostamente criada pelos comunistas para destruir o Ocidente). Nos anos 1970, ideologia e policiamento conservadores vis-à-vis a homossexualidade adaptaram-se à emergência de movimentos em prol dos direitos identitários. De certa forma, este foi um momento de transição, quando os teóricos anticomunistas e as forças de segurança começaram a demonizar a identidade gay – distinta da prática do ato sexual entre membros do mesmo sexo – como o complô arquitetado pelos inimigos do estado. Já nos anos 1970, da abertura, reacionários dentro e fora do regime associaram a homossexualidade não só com outros movimentos de direitos (especialmente o feminismo e o black power), mas também com uma onda de subversão que supostamente chegava ao ápice. Segundo um suposto perito na Escola Superior de Guerra, em 1979, a “época contemporânea” punha a sociedade em perigo através da “busca do prazer imediato, o hedonismo coletivo (...), a desagregação familiar (...), a permissividade moral quase sem limites (...), a exacerbação da sexualidade e o quase incentivo ao homossexualismo”. Esta ideia de um “incentivo ao homossexualismo”, gestando aqui no coração do aparato ideológico da ditadura, de fato já tinha virado *de rigeur* – uma reflexão de como ansiedades sobre homossexualidade como prática e identidade pública combinaram e reagiram com anticomunismo e contrassubversão.<sup>4</sup>

As forças de segurança, portanto, monitoraram e policiaram a homossexualidade por várias razões nas duas décadas após 1964. Seguindo tendências históricas, nacionais e internacionais, ideólogos da segurança nos anos 1960 teorizaram o homossexo como parte de uma série de ameaças degenerativas à segurança nacional anticomunista. Nos anos finais do regime autoritário, estas ansiedades sobre homossexualidade chocaram-se e recombinaaram com a oposição reacionária à abertura e aos movimentos sociais em si. Polícias políticas e a comunidade de informações assistiram com inquietação estudada e predefinida às tentativas de se forjarem alianças entre a oposição burguesa ao regime (a ABI e a OAB), a esquerda tradicional e nova, os movimentos negro e índio e particularmente feministas e ativistas do movimento gay. No final dos anos 1970, policiais retinham interpretações antigas, médico-legais, do desejo homossexual – entretanto, eles reagiram às novas realidades da política de identidade. Nas duas perspectivas, homossexualidade foi associada com ameaças ao

4 Paulo Cavalcanti da Costa Moura. Características da Época Contemporânea. Conferência na Escola Superior de Guerra, Urca, 1979. Escola Superior de Guerra, Biblioteca General Cordeiro de Farias (a seguir designada como ESG BGCF) T230-79, 8.

estado, à sociedade e à segurança nacional, que augurariam dissolução social e, no contexto da Guerra Fria, o triunfo da subversão comunista.

## 1. “Apologistas de Sodoma”: visões de homossexualidade e subversão antes da Segunda Guerra Mundial

Preocupações para com a homossexualidade e a segurança nacional vieram à tona muito antes de 1964, quando autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional. Como James N. Green observa, discursos médicos patologizaram a “inversão” sexual, os “urnings” e o “terceiro sexo” ao longo da primeira metade do século XX.<sup>5</sup> Estes discursos diminuíram em certa medida nos anos 1940, mas não desapareceram – e nas décadas de 1960-1980 eles informariam como as autoridades militares interpretaram e responderam ao desejo entre homens. Igualmente, homofobias da pré e pós-guerra tinham incluído vínculos mais explícitos entre homossexualidade, subversão comunista e noções de inviolabilidade nacional ou dissolução social. Direitistas da época dos integralistas, em especial Octávio de Faria, caracterizaram a homossexualidade masculina como parte – às vezes a parte mais importante – de uma catástrofe moral que se originara numa “revolução” muito generalizada. E durante os anos iniciais da Guerra Fria, policiais equiparam a prática homossexual com a suscetibilidade ao comunismo, e, portanto, prejuízo à segurança nacional.

Faria, um héroi da direita antiga do século XX, ganhou fama pela sua ortodoxia católica, conservadorismo autoritário e anticomunismo virulento.<sup>6</sup> Mas seu *magnum opus* girava em torno da homossexualidade masculina e do que ele via como uma perda de virilidade. Em *Machiavel e o Brasil*, de 1931, Faria agrupou os desvios sexuais e de gênero, culpando a combinação homossexualidade-feminilidade pela ameaça de “revolução” que ele via pairando sobre o Brasil. Agonizando sobre uma crise que envolveria o mundo moderno inteiro, Faria exigiu uma “regeneração geral” que reconstruiria o Brasil e o Ocidente dentro de uma armação cristã, maquiavélica e anticomunista. A crise, insistiu Faria, era fundamentalmente uma “crise de virilidade”, originando-se do “desregramento sexual dos apologistas de Sodoma de nossos dias”. Estes apo-

5 Green (1999, p. 48; 2007) e Guimarães (1994).

6 Sadek (1978), Silva (2001) e Motta (2002).

logistas, segundo *Machiavel e o Brasil*, reuniram “desvario sexual”, comunismo e “homossexualidade moderna”. Faria iniciou o livro com uma condenação do comunista francês Henri Barbusse, que ele culpava por uma maquinação bolchevista de “amor livre”.<sup>7</sup>

Outros anticomunistas, inclusos Integralistas e seus aliados, partilharam este enfoque na homossexualidade masculina como corolário de revolução comunista e dissolução nacional. O livro vitriólico *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, de 1937, do líder integralista Gustavo Barroso, dividiu sua indignação entre as três categorias titulares, mas reservou um lugar especial para o desejo homossexual.

No início do livro, Barroso afirmou que “marxismo judaico” consistiu, realmente, em degenerados homossexuais empenhados na revolução simultaneamente comunista e sexual. “A sodomia ou homossexualismo”, lembrou aos leitores, “era um hábito atribuído aos judeus e nisso se celebrizaram Sodoma e Gomorra”. Na sequência da Segunda Guerra Mundial e da queda do fascismo global, como observa Gilberto Grassi Calil, o Partido de Representação Popular (PRP) continuou a zelar pelo quase defunto integralismo, incluso seu enfoque na moralidade sexual e no anticomunismo. Pelo menos alguns perrepostas pensaram que a homossexualidade residia entre os principais inimigos do partido, dadas suas associações de inconveniência sexual com subversão política.<sup>8</sup>

## 2. “Os delicados”: vigilância anticomunista e homossexualidade pública nos tempos de ditadura

Em 1974, um informe do Serviço Nacional de Informações (SNI) fez duas alegações contra Antônio Batista de Souza<sup>9</sup>: primeiro, que ele “assinou o manifesto intitulado ‘Defender Cuba e defender o Brasil’, documento de caráter comunista”; e segundo, que “consta ser homossexual”.<sup>10</sup> Nesta altura, alegações deste tipo, feitas juntas, já eram habituais. Polícias políticas vigiaram atividades sexuais constantemente, e acusações de homossexualidade masculina salpicam

7 Faria (1933, p. 19, 40, 41, 105).

8 Calil (2001, p. 274-275).

9 Mudei todos os nomes e apelidos dos que aparecem como suspeitos na documentação vinda das forças de segurança.

10 Serviço Nacional de Informações (a seguir designado como SNI), “[Antônio Batista Souza]”, Arquivo Nacional do Brasil, Coordenação Regional no Distrito Federal (a seguir designado como AN/COREG), Fundo SNIG, K0032438-1983. “Souza” na verdade assinou um manifesto de apoio a Cuba. “Paraenses afirmam: Cuba é o exemplo”, *Novos Rumos*, p. 13-19, janeiro de 1961.

seus registros. Enquanto sexo entre mulheres quase não chamou a atenção de policiais enfocados na “homossexualidade” como tal, as autoridades demonstraram muita preocupação sobre a homossexualidade masculina como uma prática degenerativa, furtiva e de efeminados, que elas vaga e variavelmente associaram com subversão comunista e vulnerabilidade política. Anos antes da emergência de direitos homossexuais ou da homossexualidade como identidade específica politizada, ideólogos dentro e fora do regime denunciaram a homossexualidade como estratégia sub-reptícia e deliberada dos inimigos do estado e da sociedade.

Enquanto o regime militar se endurecia nos anos 1960, as polícias estatais continuavam a aderir a um esquema no qual sexo entre homens pertencia a um submundo obviamente estigmatizado e degenerado, povoado por “pederastas”, alcoólatras, prostitutas, deficientes mentais e vários desviantes e inconformados. No contexto da Guerra Fria e do anticomunismo esmagador, pertencer a esta comunidade de delinquentes parecia uma ameaça à segurança nacional. Representantes do SNI e da Polícia Federal consistentemente incluíram acusações de homossexualidade nos seus informes sobre suspeitos de “subversão”, com uma informalidade que indicou a *presunção* de que desvios sexuais, psicológicos ou de gênero não só constituíam uma constelação própria, mas também punham em risco a segurança nacional. Revendo os antecedentes daqueles que procuraram postos governamentais ou que foram suspeitos de subversão, o SNI e o Departamento de Polícia Federal (DPF) incluíram detalhes como “consta ser pederasta”, “uns afirmam ser o nominado homossexual”, “é elemento homossexual”, ou mais especificamente “é elemento homossexual passivo”.<sup>11</sup>

Uma investigação infame, em 1969, de representantes do Itamaraty no exterior resultou na demissão de vários empregados por causa de suspeito de subversão – baseado em boatos de embriaguez, homossexualidade, prostituição, “insanidade”, inconformidade de gênero ou alguma combinação dessas infrações. Detalhes lúbricos, resultados de meses de entrevistas e denúncias anônimas, difundiram-se entre oficiais da Polícia Federal, do SNI, do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e das agências estaduais de segurança. “É conhecido como elemento de contato dos homossexuais do Itamaraty na Europa”, Antônio Cândido de Câmara Canto, chefe da comissão investiga-

11 SNI, Agência Niterói “[Nome do suspeito]” (24 de agosto de 1971), AN/COREG, Fundo SNIG, A0379980-1971; SNI, Agência de Salvador, “Informe nº 0011/116/ASV/79” (22 de maio de 1979), AN/COREG, Fundo SNIG P0001211-1979; Brigadeiro General Dióscoro Gonçalves Vaz, “Atividades de [Miguel Santanna Xavier] e outros” (6 de dezembro de 1966), Arquivo Público Mineiro, arquivos da polícia política, documentos públicos do DOPS, Pasta 0064, Reel 006, 51; Centro de Informações da Aeronáutica “[Miguel Santanna Xavier]”, (8 de julho de 1966), AN/COREG BR-AN-BSB-VAZ-096-0203; SNI, “[Antônio Batista Souza]”.

dora, escreveu sobre um sujeito. Outro, um cônsul adjunto, foi descrito como “homossexual, conhecido no círculo de seus pares como Anita”. Ainda outro, segundo Canto, “declara-se, ele próprio, uma ‘prostituta’”. O informe recomendou a demissão de pelo menos nove diplomatas por homossexualidade, três por embriaguez pública, três por “insanidade mental” e um “em virtude de vida irregular e escandalosa, instabilidade emocional comprovada”. A comissão ainda exigiu que quaisquer “suspeitos da prática de homossexualismo (...) sejam submetidos a cuidadoso exame médico e psiquiátrico”. Esta investigação revela mais do que vigilância profundamente pessoal e detalhada (ainda que baseada em rumores).<sup>12</sup> Seu significado reside na combinação de “embriaguez”, “homossexualismo”, “insanidade” e outras categorias médico-patológicas que entenderam desvios como vinculados, degenerados e – já nos anos 1970 – ameaçadores à segurança e às relações diplomáticas do Brasil.<sup>13</sup>

Na verdade, esta noção de homossexualidade como ameaça à segurança nacional já fôra elaborada por intelectuais militares e conservadores civis que apoiaram o regime. Em alguns casos, isto meramente significava que reacionários moralísticos igualaram homossexualidade à subversão de várias formas. Gustavo Corção, um dos mais vocíferos dos ultraconservadores civis que consistentemente aplaudiram o regime, agrupou janguismo com homossexualidade como atentados à brasilidade e aos bons costumes. Repressão aos dissidentes políticos, suspeitos de comunismo, disse Corção, deveria ser dispensada “em nome do decoro, pela polícia de costumes, como supenho teria licença casada uma reunião de homossexuais. Sim, em nome dos bons costumes”.<sup>14</sup> Do mesmo modo, achando o *ostpolitik* de Willy Brandt demasiado simpático para com os comunistas, Corção comparou o apoio a Brandt com uma conspiração homossexual: “não somente uma pornografia individual, restrita, pessoal, mas também uma vasta homossexualidade planetária”.<sup>15</sup>

Já nos últimos anos da década de 1960, a homossexualidade apareceu em publicações militares como maquinação do inimigo comunista. A *Revista Militar Brasileira*, até esse ponto um baluarte relativamente sóbrio de estratégia e discussão técnica contemporânea, começou a incluir denúncias do declínio moral que alguns viam epitomado na homossexualidade. Fundada em 1911, a *Revista* tinha

12 Franco (2009, grifos no original). Não obstante, este aspecto profundamente pessoal ganhou notoriedade para o informe quando veio à luz. Dêlcio Monteiro de Lima despreza este episódio de perseguição como insignificante e “atingindo somente funcionários sem respaldo político”. Mas Lima reconhece que as ordens para a perseguição vieram muito de cima, do Presidente Costa e Silva mesmo (LIMA, 1983, p. 59-61, 105-106).

13 SNI, “Memorandum nº 821/SI-Gab” (2 de maio de 1973), AN/COREG, Fundo SNIG, A0659356-1973.

14 Corção (1963, p. 3).

15 Id. *ibid.*, p. 2.

sido, desde há muito, um foro de prestígio, emanando diretamente do Ministério da Guerra. Sofreu um hiato de dois anos, e voltou em 1965 com uma nova direção e um enfoque inédito nos assuntos morais. Em “Rumos para a educação da juventude brasileira”, o redator e moralista de fama nacional General Moacir de Araújo Lopes culpou a infiltração comunista pelo desastre cultural, religioso, sexual e de saúde pública que ele percebia entre os jovens brasileiros. Os adolescentes soviéticos, Lopes admitiu apreensivamente, beneficiaram-se “paradoxicalmente” da rigidez moral do seu governo, e eram “pela força condicionados em comportamentos morais”. Inversamente, a “propaganda ateia do comunismo” tinha condenado os jovens brasileiros e, mais amplamente, ocidentais à subversão sexual, uma “exacerbação intensa do sexo”, incluso o homossexo. Este último, Lopes caracterizou como conspiratório e “inclassificavelmente” imoral. Condenando “pedagogos socialistas-radicais”, Lopes descreveu a situação nos termos mais sensacionais:

Exacerbação intensa do sexo... Aos seus olhos [os da juventude], padrões da mais baixa moral. Agora estes padrões começam ainda a descer mais, descambando mesmo da área do imoral para a de campo inclassificável. Realmente, como designar a aceitação do homossexualismo, a vulgarização, entre a mocidade, do uso de entorpecentes e de anticoncepcionais, o enaltecimento do adultério, a aceitação pública da troca de esposas por uma noite, etc., etc., etc.<sup>16</sup>

Esta linha de pensamento sobre a homossexualidade, posicionando-a numa rede de práticas desviantes e relacionadas entre si, percorreu os baluartes ideológicos do regime. Num *exposé* em 1970 na influente *Defesa Nacional*, um autor pseudônimo argumentou que os meios de comunicação de massa eram a “menina dos olhos” do PC – maiormente porque filmes e televisão tornaram-se “mais ou menos apologeticos da homossexualidade (e já têm aparecido os primeiros sintomas)”. Aqui, o autor citou *Os delicados*, a versão brasileira do filme *Staircase*, de 1969, de Stanley Donen, que retratou uma parceria romântica, a longo prazo, entre dois homens de terceira idade.<sup>17</sup> General Lopes, também contribuindo à *Defesa Nacional*, queixou-se veementemente da “subversiva filosofia do profeta da juventude”, Herbert Marcuse. Esta filosofia, segundo Lopes, promovia “homossexualismo” juntamente com outros desvios sexuais, relacio-

<sup>16</sup> Lopes (1968a).

<sup>17</sup> Ararigboia (1970).



nados e agrupados – “exibicionismo, fellatio e erotismo anal” – como parte de um plano de “ações no campo moral e político que conduzirão seguramente ao caos, se antes não levassem ao *paraíso comunista*”.<sup>18</sup>

A inscrição da homossexualidade numa litania de transgressões vinculadas tanto com a patologia (social e corporal) quanto com a subversão tomou sua forma mais impressionante nos foros ideológicos de alto nível na Escola Superior de Guerra (ESG). No início dos anos 1970, antes da chegada de um movimento gay organizado, estudantes e conferencistas na ESG analisaram homossexualidade como uma ameaça patológica à segurança nacional. A eminente psicóloga Noemy da Silveira Rudolfer epitomava um sistema de ideias na Escola no qual a “crise da adolescência moderna” unia delinquência juvenil, segurança na Guerra Fria e desvios morais e sexuais. Já em 1965, Rudolfer angustiava-se sobre o estado moral do país, e culpou a homossexualidade por um suposto declínio. “A desvalorização manifesta do cônjuge”, escreveu ela, “constitui doença social que está a conspirar por um número cada vez maior de identificação sexual homolibidinosa”. A situação, segundo Rudolfer, requeria as ministrações urgentes de planejadores de segurança nacional na ESG, precisamente devido à “posição e papel privilegiado que cabem à Escola Superior de Guerra” nas áreas de planejamento e segurança. Rudolfer exigia uma “profilaxia social” que preveniria “essa desintegração da personalidade” – isto é, a homossexualidade.<sup>19</sup>

Rudolfer colaborou com outros “peritos” – especialmente nos assuntos chamados “psicossociais” – na ESG, entre eles José Lemes Lopes, de quem a comunidade esguiana aprendeu que só a “diferenciação psicossocial” e o “funcionamento no papel de adulto heterossexual” poderiam salvar os brasileiros da ruína moral, social e política.<sup>20</sup> A jornalista Isis Lourdes Figueroa Costa, estudante do Curso Superior de Guerra, representava os esguianos mais liberais. Ela concedeu que “erotismo” talvez fosse admissível em certas produções teatrais, contanto que aderisse a uma “forma de abordagem do tema erótico (...) elevada”. Entretanto, Costa via na homossexualidade um contágio perigoso, particularmente para a juventude da nação. Costa preocupava-se com a “divulgação do homossexualismo”, especialmente na televisão, “um meio de comunicação que entra nos lares e vai atingir a criança”. Homossexualidade, juntamente com “teatro erótico de baixo nível”, quadrinhos de “super-heróis” importados de outras culturas” e “pornografia, essa sempre

18 Lopes (1968b, p. 5-6, grifos no original) e Cowan (mimeo.).

19 Noemy da Silveira Rudolfer, “Elementos Básicos da nacionalidade brasileira: o homem” (conferência na Escola Superior de Guerra, Urca, 1965), 1, ESG BGCF C1-40-65, 20-22.

20 Antônio Pedro de Souza Campos, “Integração da Juventude no Desenvolvimento Comunitário” (Rio de Janeiro: ESG, Departamento de Estudos, 1974) ESG BGCF TEP-74C.PSICOS.A.1, 29.

condenável”, se constituiriam numa formidável arma para a “impregnação psíquica” das crianças.<sup>21</sup>

Na altura da segunda metade dos anos 1970, esta ideologia também tinha penetrado nas forças de segurança. Enquanto a distensão progredia e os movimentos sociais, baseados em identidades agora politizadas, emergiam, a polícia e a comunidade de informações prestaram atenção crescente às manifestações culturais que eles (a polícia e os espiões do estado) consideraram parte da Guerra Revolucionária comunista. Esta atenção coincidiu, também, com a detenção, o exílio e/ou a extirpação da maioria dos inimigos armados do regime. Esta última situação deixou imprecisa e vaga a contínua missão das forças de segurança. Homossexualidade nunca chegou a ser a razão principal pela qual as pessoas foram presas, torturadas e sujeitas aos abusos dos direitos humanos e civis – mas formou parte de um conjunto de ansiedades sobre a ameaça, vaga e supostamente difusa, da subversão.

As forças de segurança – o SNI em particular – prestaram atenção direta à ascendência do Movimento Gay, vendo nele uma conspiração do que os agentes de informações habitualmente (e descontraidamente) abreviaram como MCI – o chamado Movimento Comunista Internacional.<sup>22</sup> Em 1978, enquanto reportagens sobre ativismo gay emergiram em novas publicações feitas pelo próprio movimento (*Jornal do Gay*, *Lampião da Esquina*) e também pelos mais conhecidos veículos do país (como *IstoÉ* e *Folha de S. Paulo*), policiais se convenceram de que o MCI tinha orquestrado tal publicidade. Nas palavras tendenciosas de um oficial do Centro de Informações do Exército (CIE),

é notado um esquema de apoio à atividade dos homossexuais. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas. Aliando-se à [sic] este fato a intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de “ocupar um lugar certo – inclusive politicamente –” pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema.<sup>23</sup>

21 Isis Lourdes Figueroa Costa, “Modelo Psicossocial Brasileiro: Comunicação Social” (Rio de Janeiro: ESG, 1974), ESG BGCF TEP-74/C.PSICOS.D.1.2, 26, 37, 56. Veja Cowan (2007).

22 Ver, por exemplo, Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, “MCI, Tóxico, e Subversão” (25 de janeiro de 1973) AN/COREG, Fundo PF, Caixa 04-B, DPF 04-B-0168-0176.

23 CIE, “Revista ‘IstoÉ’ – Apologia ao Homossexualismo” (11 de janeiro de 1978) AN/COREG, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135, 4.

Alguns deles nas forças de segurança, então, viam as publicações dos (ou relacionado com os) gays vinculadas não só com os oponentes aliados contra o regime, mas com uma conspiração organizada, internacional. Como James N. Green indica, os agentes da ditadura se preocupavam mais com a *publicidade* dos desvios sexuais e especialmente de gênero. Falta de masculinidade e firmeza viril, eles lamentavam, afetaria adversamente um público impressionável, particularmente a juventude.<sup>24</sup> De fato, quando censores mandaram cortar certos personagens de uma novela da Globo em 1975, a sua *primeira* demanda foi para os produtores “atenuar[em] os gestos efeminados do costureiro Roger”.<sup>25</sup> Num exemplo, talvez mais famoso, os censores insistiram que o nome de *Os Bonecas* (1972), de Reginaldo Faria, fosse trocado para *Os Machões* – o problema, parece, era como o filme apelaria à (i)moralidade do público.<sup>26</sup> Esta censura que os registros dos agentes mostram se originou maiormente com a visão dos censores de um complô para “normalizar” o homossexo, aliciando brasileiros “comuns” – especialmente a juventude – à homossexualidade e promovendo, portanto, o comunismo. O perigo, então, não era só a feminilidade pública, mas a ideia de que as várias encarnações da homossexualidade pública, das *bichas* e dos cabeleireiros na televisão até a nova imprensa gay, identificada como tal, aliciariam as pessoas à prática da homossexualidade ou – pior ainda – tornarem-se homossexuais autoidentificados e denominados.

Portanto, um informe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça em 1978 reclamou da influência crescente das “portavozes do ‘Movimento Gay’ no Brasil, isto é, têm como objetivo promover o homossexualismo, caracterizando, portanto, um atentado à moral e aos bons costumes”. O informe ainda explicou que isto não era um atentado qualquer contra a moralidade; pelo contrário, a imprensa gay (o documento nomeou o *Jornal do Gay* especificamente) formou “um esquema perfeito, consoante às teses marxistas-leninistas, que visam a derrocada das instituições, não só políticas como sociais, do mundo ocidental”.<sup>27</sup> “Promover” a homossexualidade, para as forças de segurança, significava apresentá-la como normal e aceitável – dando aos homens que se desejavam sexualmente, nas palavras de um outro informe

24 Green (1999, p. 232, 249).

25 Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) à Rede Globo (24 de novembro de 1975), AN/COREG, Fundo DCDP, Caixa 028.

26 Simões (2001, p. 369).

27 Ministério da Justiça, DSI, “Jornalismo a serviço dos homossexuais – ‘Imprensa Gay’” (9 de junho de 1978), AN/COREG, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135, 13.

do SNI, “uma imagem socialmente aceita e respeitável”.<sup>28</sup> O CIE alegou que um crescente “elogio à homossexualidade masculina” dava fortes “encorajamentos aos homossexuais que ainda vivem às escondidas para que assumam a sua condição”.<sup>29</sup> A ideia era que este “esquema perfeito” lograria seus fins subversivos por aliciar brasileiros ordinários à dissolução homossexual. Num *memorandum* ecoado por Moacyr Coelho, então diretor do DPF, Humberto Simões, um assistente na Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), argumentou que a publicidade da homossexualidade no final dos anos 1970 vinha constituindo

um incentivo muito forte à prática do homossexualismo, sempre lastreado em nome de pessoas que conseguiram celebridade, fama e destaque junto à sociedade, devido suas atividades profissionais, apesar de serem homossexuais.<sup>30</sup>

Em alguns níveis, esta visão de uma conspiração subversiva de publicidade homossexual resultou num policiamento muito apreensivo da *palavra* “homossexual”, como se a mera menção constituísse parte do “esquema perfeito” já notado. Uma apreciação feita pelo CIE da segurança nacional lançava dúvidas contra professores da Universidade Federal de Goiás que comprassem o livro *Os caminhos do absurdo ou o triunfo da estupidez: contos*. Este livro, segundo a apreciação do SNI, “mereceu comentário elogioso do comunista José Elias Fernandes” (um político com laços no PCdoB). Mais condenável, porém, o livro “dá destaque a assuntos imorais, homossexualismo, prostituição e tóxicos, além de frequente uso de palavras obscenas”. Para o CIE, isto era evidência clara de “influência comunista sobre os meios de comunicação social”. Na verdade, o livro continha quase nenhuma discussão da homossexualidade; o desejo entre homens aparece em *Os caminhos do absurdo* como elemento estigmatizado de uma visão distópica e desdenhosa da vida moderna na metrópole. O livro usa a palavra “homossexual” apenas duas vezes, uma quando o narrador sufoca sua vontade de sair em público descalço e desarrumado por não querer que as pessoas achem que ele tenha “tendências homossexuais [sic]”. Oficiais do CIE, não

28 SNI, Agência Salvador, “Promoção de Homossexualismo na Imprensa e TV” (13 de abril de 1972), AN/COREG, Fundo SNIG, AC-ACE-4617-72.

29 CIE, “Revista ‘IstoÉ’ – Apologia ao Homossexualismo”.

30 Humberto Ruy de Azevedo Simões a Moacyr Coelho (20 de junho de 1978) AN/COREG, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135; Moacyr Coelho ao Superintendente Regional do DPF Rio de Janeiro (4 de julho de 1978), AN/COREG, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135.

obstante, viam no livro uma promoção, inspirada pelos comunistas, da homossexualidade.<sup>31</sup>

Resultado, em parte, da visão do homossexo como uma canção ameaçadora das sirenas, preocupações policiais enfocaram duas áreas principais: a juventude e o turismo. De fato, o policiamento ditatorial do “homossexualismo” nos anos 1970 chamou nova atenção ao estoque, presumidamente cru, do futuro da nação brasileira: a juventude de classe média e/ou alta. As forças contrasubversivas no Brasil e no exterior viam nos jovens um nexo explosivo de sexo, cultura, subversão; a juventude, estas forças afirmaram, certamente seria alvo dos ataques dos comunistas, atentados degenerativos contra a moralidade, sexualidade e cultura.<sup>32</sup> Nas palavras de um general importantíssimo, em 1969, “publicações de caráter licencioso (...) poder[ão] despertar variadas formas de erotismo, particularmente na mocidade (...) contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes (...) sendo uma componente psicológica da Guerra Revolucionária em curso em nosso País e no Mundo”.<sup>33</sup>

Conforme esta linha de pensamento, os agentes de informações e segurança viam com muita preocupação qualquer exposição da juventude (especialmente a juventude estudantil, um setor que maiormente excluía jovens das classes mais baixas) aos homossexuais.<sup>34</sup> Informando-se sobre a imprensa autoidentificada como gay ou tratando-se de temas relacionados, oficiais do CIE angustiavam-se sobre jovens que talvez comprassem estas publicações, “de venda livre nas bancas, sem qualquer restrição quanto à idade de eventuais leitores”.<sup>35</sup> Autoridades do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, entretanto, presumiram vínculos entre jornais homossexuais, as imprensas alternativas e de oposição e as organizações estudantis. Notando, por exemplo, que um jornal estudantil em Porto Alegre tinha, como o jornal *Lampião da Esquina*, a palavra “lâmpião” no seu título (na verdade, os dois jornais não tinham nada a ver um com o outro), os espões do estado concluíram que estas e outras publicações teriam que ser “porta-vozes do ‘Movimento Gay’” e, portanto, elementos de um esquema marxista-leninista para dominar Brasil e o Ocidente. O caso dos dois

31 CIE, “Influência comunista sobre os meios de comunicação social”, AN/COREG, Fundo SNIG, A0508445-1972; Jordão (1972, p. 79).

32 Cowan (mimeo.; 2012), Manzano (2009), Kuri (2009, p. 529) e Pensado (2013, p. 221, passim).

33 Humberto Souza Mello para Luiz Antônio da Gama e Silva (7 de junho de 1969), AN/COREG, Fundo CGI-PM, BR-DFANBSB-AAJ-IPM-0329.

34 AN/COREG, Fundo SNIG N0041415-1983; AN/COREG, Fundo SNIG M0052759-1985. Tirei os títulos destes registros para proteger seus sujeitos epônimos.

35 CIE, “Informação nº 1676S/102/A11/CIE” (29 de dezembro de 1977), AN/COREG, Fundo DSI-MJ, BR-AN-RIO-TT-0-MCP-PRO-1219.

*Lampiões* chamava atenção especial por causa do seu efeito potencial no “meio estudantil” em Porto Alegre.<sup>36</sup>

Nestas ideias baseou-se a vigilância direta da vida sexual dos estudantes. Suspeitas de subversão tiveram impacto direto naqueles engajados (ou suspeitos de engajamento) em desvios simultaneamente sexuais, farmacológicos e políticos. Uma operação policial na Universidade de Brasília – liderada por Olavo Vianna Moog, já veterano da contraguerrilha no Araguaia – tomou como alvo estudantes apanhados num suposto “meio tomado por tóxicos, subversão, e corrupção de costumes”, onde “o binômio ‘maconha-discussão política’” seria só o ponto de partida. Agentes do DOI-CODI examinaram minuciosamente o comportamento sexual dos estudantes, concluindo (ou talvez reafirmando) que aliciamento para a homossexualidade e para a subversão sempre iam juntos. “Em pouco tempo”, alegaria o informe sobre um estudante vigiado, “já achava que o marxismo era a solução para os problemas do Brasil; usar a maconha era coisa natural, pois na Inglaterra nem era proibida; e o homossexualismo – tivera relações com Gilberto – era normal numa sociedade ‘aberta’”. Outro estudante, escreveram os agentes, “iniciou seus contatos com a literatura marxista (...) ligou-se a homossexuais e viciados em tóxicos (...) visitava os moradores de [certo dormitório] onde o ambiente era caracterizado pela presença do tóxico, das ideias subversivas e corrupção de costumes; [era] íntimo de Betinho (PCB) e seus amigos homossexuais”. O informe ainda alegou que a “residência [do Betinho] é frequentada por garotos que são levados a se iniciarem nos tóxicos e na pederastia” – e incluiu um gráfico detalhando a quantidade de estudantes acusados de cada uma das categorias vinculadas de “maconha”, “ligações com org[anizações comunistas]”, “pederastia” e “subversão”. Estes exemplos demonstram mais ainda a preocupação dos policiais com a noção de homossexualidade “normal”; e a mistura de perspectivas velhas, médico-legais (“pederastia”) com as mais novas, baseadas na identidade, supostamente convidando ou aliciando os jovens estudantes para um mundo de homossexo aberto, ou homossexualidade sem estigma nem marginalização.<sup>37</sup>

Num mundo desses, então, a publicidade importava maiormente devido à sua potencialidade de – para usar a palavra sempre empregada pelas forças de segurança – aliciar os jovens para as fileiras de homossexualidade e/ou subversão. Neste sentido, havia entre os policiais aqueles que acharam que a conspi-

36 DSI do Ministério da Justiça, “Jornalismo a serviço dos homossexuais – ‘Imprensa Gay’”; Aline Strelow, “Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul”, *PJ:BR*, v. 5, p. 5, 2005.

37 Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar, “Infiltração subversiva no meio Universitário em Brasília”, AN/COREG, Fundo ASI-UNB, BR-AN-BSB-AA1-ROS-033.

ração marxista incluiria uma invasão *física* do Brasil – uma investida de hostes de turistas do Norte. Voltando mais uma vez à ideia de que homossexualidade identitária fosse “alienígena”, polícias visionaram uma conspiração que tiraria vantagem do Brasil como “o local mais favorável ao desenvolvimento das atividades homossexuais depois dos EUA”. Um informe compartilhado entre a DCDP, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal acusou Stan Lehman, um correspondente da Associated Press no Brasil, de envolvimento num complô desenhado pelo MCI para promover o turismo gay. O informe encolerizou-se com a asserção de Lehman de que o Rio era uma “capital gay” em formação. “[E]stá havendo muita curiosidade a respeito”, reclamaram os agentes, “inclusive ‘considerável aumento’ no fluxo turístico ‘gay’ rumo aos insuspeitados prazeres tropicais”. Para os moralistas policiais, este seria o máximo ultraje, um atentado combinado contra a moralidade, a democracia (anticomunista) e a nação em si: “não bastasse a campanha de difamação que o Brasil sofre no Exterior por ação do MCI (...) dentro do próprio país, um estrangeiro, diretor de Agência de Notícias estrangeiras faz declarações desairosas ao valor moral do país e ainda prevê reportagens difamatórias sobre o assunto sem qualquer ônus de responsabilidade”.<sup>38</sup> Evidentemente, o problema era a publicidade e normalização crescentes da homossexualidade, em fóruns nacionais e internacionais.

### 3. “Mais um belo espetáculo da esquerda” – policiamento da homossexualidade e dos movimentos sociais

Antes e depois da emergência do movimento gay (e da antecipada investida de turistas gays do Norte), membros da comunidade de segurança e informações agruparam a homossexualidade com outras formas de desvio político, vigiando tudo, desde humor burlesco e a chamada “pornografia” até ativismo formal. Como assinala Edward MacRae, a “grande novidade” deste momento foi o “surgimento de uma nova atitude” entre ativistas e movimentos sociais – um espaço político identitário

encontrado pelo movimento homossexual dentro do contexto de contestação cultural e das tentativas de organização de certos setores da sociedade como os negros, as mulheres e índios em torno de reivindicações específicas

38 Sandoval et al. (1977, p. 9) e CIE, “Revista ‘IstoÉ’ – Apologia ao Homossexualismo”, 11 de janeiro de 1978, p. 2-3.



que fugiam do esquema classista, até então considerado essencial para questões políticas sérias.<sup>39</sup>

Depois disso, as forças de segurança, diante da ausência da resistência armada, que foi dizimada no começo dos anos 1970, viraram-se com quase pânico aos vínculos entre ativistas dos movimentos gay, feminista, negro e outros, vendo neles a confirmação do que a linha-dura sempre suspeitou: que estas minorias fossem componentes de um todo, culturalmente subversivo, que tendia a promover os interesses dos comunistas.

Nos anos que vieram depois de 1968, quando conservadores dentro e fora do regime reagiram às mudanças verdadeiras e percebidas (protestos estudantis e civis, normas de gênero e sexo em fluxo, o advento – real ou imaginado – da contracultura), ideólogos e forças de segurança viam vínculos muito gerais entre homossexualidade, desvios de gênero e protesto social e político.<sup>40</sup> Até nas alturas de repressão mais dura – “anos de chumbo”, durante os quais forças governamentais demoliram a esquerda armada – policiais suspeitaram que houvesse conexões entre supostos “atentos à moral e aos bons costumes” e a produção cultural e organização política da esquerda. Em junho de 1973, por exemplo, agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) em São Paulo se infiltraram num show de música e variedades, organizado por estudantes da FMUSP. A natureza “subversiva” aos olhos dos agentes imediatamente manifestou-se. Seu informe notou que embora houvesse vários “aspectos interessantes” na performance, só tinha “dois únicos destaques que se tornam necessário salientar”. Estes resultaram ser uma canção chamada “Protesto”, julgada “altamente subversiva”, e um *sketch* de autoria de um estudante de terceiro ano, que

levou ao palco (...) elementos estranhos (...) dois dos quais pederastas comprovados, apresentando um espetáculo deprimente, vexatório e pornográfico. Os dois elementos pederastas, ao som da música tocada pelo conjunto improvisado, iniciaram um “strip-tease” ficando no final da música, trajados um somente de meias e um véu ao pescoço e outro de “babby-doll” [*sic*] sem roupa de baixo virando-se constantemente de costas para a plateia

39 MacRae (1990, p. 95).

40 Sobre os protestos estudantis e as realidades e irrealidades da contracultura – sexual ou outras –, veja Langland (2013, p. 138-139) e Ventura (1988, p. 34, *passim*).



e erguendo a traseira do “babby-doll” [sic], mostrando suas asquerosas nádegas.<sup>41</sup>

Alongando-se não só na presença física dos “pederastas”, mas nos detalhes dos seus corpos e na grande repugnância dos desvios sexual e de gênero – “suas asquerosas nádegas” –, os agentes do DEOPS estavam convencidos de que as canções e o transvestismo fizessem parte de um complô esquerdista. “Enfim”, concluiu o informe do DEOPS, “mais um ‘belo’ espetáculo da esquerda”.<sup>42</sup>

Esta tendência de vigiar e estigmatizar o burlesco e o irreverente, especialmente quando homoerótico ou heterodoxo em termos de gênero, como manifestação da subversão esquerdista ganhou força – ou pelo menos mais documentação – enquanto a abertura progredia. Já em 1981, o chefe do SNI afligiu-se com a menção da homossexualidade – embora obviamente humorística – nos vários órgãos jornalísticos. Num *memorandum* ao Ministro da Justiça em dezembro daquele ano, Otávio Aguiar de Medeiros (então chefe do SNI) agrupou brincadeiras sobre homossexualidade com outras formas de humor irreverente como manifestações de “assuntos contrários à moral e aos bons costumes”. A vigilância por parte do SNI sobre a publicação *Luta: O jornal do Povo* ressaltou manchetes cômicas como “Moça donzela endoidou com pipi do velho” – e estendeu-se sobre as potencialidades preocupantes de histórias que usavam o homoerotismo, ainda que para fins humorísticos. “Machões brigam para salvar as suas bundinhas – eram ‘Amigos’, mas um estava tentando ‘bimbar’ o outro” gerou ultraje particular, como também fez “Guerra declarada entre sapatões e bichas”, que mencionou a celebridade Rogéria e seu programa “Gay Fantasy”. O SNI aproveitou-se de temas clássicos da doutrina contrassubversiva, lembrando ao ministro que “a mensagem ideológica [dos comunistas, supostamente difundida por meio de tais materiais] só surte efeito quando é adequadamente divulgada por um meio de comunicação capaz de influenciar o comportamento da massa, mesmo que não haja multidão reunida”. O *memorandum* concluiu que tais publicações, com seu humor (homos)sexual, faziam parte de um complô comunista: “do exposto acima, conclui-se que a propaganda veiculada (...) contribuiu sobremaneira para o incitamento à licenciosidade, ofendendo a moral brasileira e favorecendo os objetivos do comunismo”.<sup>43</sup>

41 DEOPS/SP, “Reunião Musical” (19 de julho de 1973) AN/COREG, Fundo CISA, BR-AN-BSB-VAZ-031-0127.

42 *Idem*.

43 Chefe do SNI ao Ministro Abi-Ackel, “Publicação pela Imprensa de Assuntos Contrários à moral e aos Bons Costumes”, Anexo 7 (14 de dezembro de 1981). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Fundo DSI/MC, Caixa 3568/00038, Processo 009, Ano 1981-1982, 1, 2, 4, 5, 7.

As forças de segurança perceberam ameaças não só em tais manifestações de humor e sátira, mas também no ativismo aberto. O “movimento gay”, aos olhos policiais, queria a normalização da identidade homossexual pública – uma coisa que, para eles, seria um sinal garantido de maquinações comunistas. Por conseguinte, o informe do CIE em 1978, acima citado, reagiu com presunção fácil (até casual) à eflorescência de jornalismo sobre direitos homossexuais. Oficiais presumiram um vínculo natural entre um suposto “esquema de apoio à atividade de homossexuais”, “esquerdistas” na imprensa e o “alto interesse” que “comunistas” teriam quanto a este “proselitismo”.<sup>44</sup> Por volta de 1980, o DPF informaria que organizações clandestinas comunistas tinham recrutado “homossexuais” e “prostitutas” às fileiras dos seus “núcleos de base”. Em setembro de 1980, a Polícia Federal em São Paulo concluiu que “as seguintes entidades de homossexuais estariam integradas aos movimentos de subversão, portanto ligadas às diversas organizações clandestinas atuantes no país”. O informe ainda listou grupos do movimento gay de todo o Brasil, postulando um (aparentemente abrangente) casamento ideológico entre estes grupos e socialistas, trostkistas, e anarquistas: “A propensão dessas entidades [de homossexuais] seria para a linha trotskista (...) e para o anarquismo, visto que este último defende a participação dos homossexuais em sua pretensa sociedade libertária”.<sup>45</sup> Embora esteja terminando (ou até tivesse acabado) a ditadura, oficiais do SNI permaneceram desconfiados de que ativismo fosse uma ameaça à segurança nacional. Uma informação sobre o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS revelou que os espões do estado tinham vigiado ativistas e doadores extensamente, e concluiu que as atividades do grupo “destinam mais ao chamado ‘grupo de risco’, que são os homossexuais e toxicômanos, constituindo-se (...) num estímulo ao desregramento sexual”. Tal “estímulo” só pôde ter preocupado mais os agentes, que perceberam maior normalização do desvio sexual. A informação concluiu que este ativismo ameaçou, de forma crítica, os “princípios constitucionais” e a “ordem moral e social da população”.<sup>46</sup>

Estas conclusões foram produtos não só da história ideológica, mas também do momento em que o movimento gay emergiu no Brasil. Esta emergência aconteceu no contexto mais amplo da redemocratização e o surgimento de outros importantes e às vezes ligados movimentos sociais, especialmente aqueles

44 CIE, “Revista ‘IstoÉ’ – Apologia ao Homossexualismo”, 11 de janeiro de 1978, p. 4.

45 Departamento de Polícia Federal/São Paulo (a seguir designado como DPF/SP), “Organizações Clandestinas” (30 de setembro de 1980), AN/COREG, Fundo PF, DPF 46-A-0001-0056 (CX 46-A).

46 Os agentes se perturbaram muito com um cartaz promovendo o sexo de menor risco de contágio da AIDS, no qual o GAPA mencionou preservativos e a masturbação mútua. SNI, “Criação do Grupo de Apoio à Prevenção à ‘AIDS’ – GAPA em São Paulo-SP” (1985), AN/COREG Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-0-MCP-PRO-1879.

que promoveram direitos e reconhecimento para as mulheres e os afro-brasileiros. Enquanto a abertura continuava a se desenvolver, alguns dentro desses movimentos sociais procuraram, sim, fazer vínculos entre si – mas os desafios de se opôr ao regime militar e construir solidariedade identitária resultaram formidáveis. Os que lutaram para a libertação – entre homens gays, lésbicas, afro-brasileiros e representantes das esquerdas mais tradicionais – batalharam para encontrar o lugar certo entre solidariedade e o desenvolvimento de distintas identidades e interesses.<sup>47</sup>

Quaisquer que fossem as realidades e irrealidades da cooperação entre diferentes movimentos identitários e políticos, porém, ideólogos (especialmente na ESG) e forças de segurança, viam uma conspiração nos “males” amontoados de democratização e os movimentos negro, feminista, indígena e homossexual. Ainda no início dos anos 1970, antes do surgimento do Grupo Somos, do *Lampião* e de outras manifestações da identidade gay formalizada, havia na ESG aqueles que interpretaram o desvio sexual como componente de um complô mais amplo (de fato, global) e revolucionário que englobaria “erotismo” ao lado do “black power”. Divaldo Pacheco de Oliveira, um estudante na ESG em 1970, escreveu um ensaio sobre juventude, violência e a “segurança interna” ocidental. Excretando a “guerra revolucionária” promovida pelo “cancro comunista” que a “Revolução de 1964” procurara extirpar, Pacheco de Oliveira agrupou delinquência, violência, sexualidade e afro-radicalismo como problemas que atormentavam a juventude de todo o hemisfério, insuflados pelos comunistas. O ensaio referiu-se ao “problema de pornografia e do erotismo” que afetaria “o caso de nossa juventude (...) sua inquietude e sua doutrinação pelos comunistas”. Dali, ele procedeu diretamente a discutir os “jovens delinquentes” do hemisfério inteiro, especialmente o “radicalismo de esquerda dos black panthers”. Para Pacheco de Oliveira (que lançou mão de estudos norte-americanos para se justificar nos seus argumentos), o radicalismo estudantil, a delinquência juvenil, o *black power* e a “insegurança da família” e dos valores morais e sexuais foram manifestações do “terrível tentáculo de um fantástico polvo” – isto é, o comunismo.<sup>48</sup> Dois anos mais tarde, Eugênio José Andrade de Almeida e Silva reclamaria dos “erros no comportamento” da juventude, ajudados e incitados pelo MCI. Como outros na ESG, Almeida e Silva parece ter misturado noções de conspiração comunista com as de desvios sexuais, organização política e

47 Edward MacRae narra os esforços consistentes, se às vezes frustrados, para construir alianças entre movimentos sociais (MACRAE, 1990, p. 95, 201, 241-247, passim).

48 Bacharel Divaldo Pacheco de Oliveira, “Análise do recrudescimento da violência no mundo e no Brasil” (Rio de Janeiro: ESG, 1970), ESG BGCF TT4-121-70, 4, 11.

especificamente *black power*. Condenou os problemas “do LSD à maconha, do ‘hippie’ aos ‘beatniks’ (...) o ‘Black Power’, a liberdade sexual, o protesto político (...) o constante apelo ao sexo e à violência”.<sup>49</sup>

Estas estruturas ideológicas, já construídas há tempos, informaram a interpretação dos direitos homossexuais, feministas e negros quando da emergência formal dos movimentos que promoveram esses direitos no Brasil. Adolpho João de Paula Couto, entre os mais visíveis dos guerreiros, automeados, contra a subversão cultural, enfureceu-se com um geral “clima de permissividade moral que vai se instalando em nossa sociedade”, um clima que “tanto abala as tradições cristãs da Nação como afeta a própria Segurança Nacional, pelo enfraquecimento das essenciais virtudes morais”. Paula Couto clarificou que este “clima” consistiu numa só conspiração de movimentos sociais, todos vinculados – ele juntou homossexualidade com ambientalismo, direitos indígenas com os da mulher e do negro. Todos, escreveu, demonstraram “envolvimento subversivo”: “começa-se a perceber o potencial revolucionário das questões sobre a mulher, o negro, o índio, o homossexualismo e a ecologia”.<sup>50</sup>

Paula Couto difundia estas ideias pública e privadamente entre os ministros do governo e nos fóruns principais da segurança nacional. Mas sem dúvida estas noções dos movimentos sociais como conspiração espalharam-se também entre os agentes mais clandestinos do estado. A informação acima mencionada, que ligou homossexuais com “movimentos de subversão”, também lançou acusações contra lésbicas, feministas e o movimento negro. Informes sobre vigilância no final de setembro de 1980, intitulados “Subversão: organizações clandestinas”, portanto, preocupavam-se numa página com o Movimento Negro Unificado (MNU) e com a Frente Negra para Ação Política de Oposição (FRENAPO); e na outra página com “entidades homossexuais”. Grupos feministas encontravam-se entre organizações lésbicas e de homossexuais – identificados todos como frentes “subversivas”.<sup>51</sup> A avaliação do SNI da segurança nacional em 1977 – “Retrospecto de 1977” –, no entanto, agrupou feministas, jornalistas, religiosos progressistas e ativistas homossexuais na categoria de inimigos. Cooperação e coincidência entre organizações mobilizando-se em prol da democratização e aquelas baseadas nos direitos e liberdades identitários fizeram com que os agentes do SNI se preocupassem muito com “grupos elitistas

49 Bacharel Eugênio José Andrade de Almeida e Silva, “A juventude brasileira e os objetivos nacionais” (Rio de Janeiro: ESG, 1970), ESG BGCF TT1-70-72, 55.

50 Adolpho João de Paula Couto, Ofício nº 371/80-CNMC (27 de junho de 1980), AN/COREG, Fundo DSI-MJ, BR-AN-RIO-TT-0-MCP-PRO-1756.

51 DPF/SP, “Organizações Clandestinas”. Sobre a emergência e o policiamento do ativismo negro e as formas culturais associadas com ele, veja Alberto (2009, 2011) e Hanchard (1998).

motivando a opinião pública para posição contrária ao governo”. Este complô incluiria “meios de comunicação dando destaque ao chamado ‘Movimento Gay’ – promoção do homossexualismo” tanto como “grupos de pressão, influência na opinião pública, em nível nacional (ABI, OAB, alguns sindicatos jornalistas, entidades do Clero Católico, Movimento Feminista)”<sup>52</sup>

Se alguns incluíram o “Movimento Gay” ao lado de várias outras facções da oposição e dos movimentos sociais, este último grupo – feministas – chamou atenção particular dos contrainsurgentes, que o consideraram um corolário igualmente subversivo da homossexualidade e, mais amplamente, das transgressões sexuais. Já em 1976, oficiais importantes do SNI emitiram informes sobre a segurança nacional (“apreciações sumárias”, chamaram-se) que alegaram “vinculações do Movimento Feminista no Brasil com o Movimento Comunista Internacional”. Segundo a série de apreciações emitidas dos oficiais que chefiavam o SNI no inverno de 1976, feminismo em si fazia parte de uma onda de ataques culturais contra a segurança do Brasil e do Atlântico Norte – ataques subversivos e frequentemente homossexuais e/ou pornográficos: “O chamado ‘Movimento Feminista’, bastante difundido nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, vem merecendo especial atenção do Movimento Comunista Internacional no sentido de sua divulgação no Brasil”. Até o manual secreto *Segurança nacional e subversão: dicionário teórico e prático*, desenhado em 1977 como um guia para as forças de segurança, listou o “movimento feminista” como um principal “modo de infiltração” empregado pelos malfeitores da “guerra revolucionária”.

As forças de segurança parecem não haver tido muita certeza quanto às diferenças entre lesbianismo e feminismo, especialmente dada a emergência do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) – que pelo menos um informe nomeou vagamente, quase como aparte: “ação lésbico-feminista”. No início dos anos 1980, vigilância regular de feministas e de certas tentativas feministas de construir alianças com organizações esquerdistas chamaram a atenção constante das forças de segurança. No seu “relatório periódico de informação” cobrindo o mês de outubro de 1980, oficiais de informações do DPF em São Paulo (a Superintendência Regional) discursaram extensamente sobre os vínculos (emergentes e variáveis) entre grupos feministas, a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e a Convergência Socialista (CS), todos sob a rubrica “Subversão: organizações clandestinas”. Inquietos, os agentes de informações dedicaram duas detalhadíssimas páginas do relatório à “Campanha Nacional pela Legalização do Aborto” – que na verdade reunia organizações feministas

52 SNI, “Retrospecto de 1977”, CPDOC Arquivo Ernesto Geisel, EG pr 1974.03.00, rolo 2, fotos 1-2.

com representantes das esquerdas tradicionais no fórum na USP para discutir a questão.<sup>53</sup>

Nestas alturas (início dos anos 1980), qualquer atividade que envolvesse ativistas feministas, negros ou homossexuais se tornaria um foco de vigilância e suspeição por parte das forças de segurança, que colhiam informação massiva sobre indivíduos e grupos suspeitos de haverem se juntado numa conspiração contra os valores morais e políticos do Brasil. Em 1982, por exemplo, policiais ficaram de olho no 1º Festival (Inter) Nacional da Mulher nas Artes, organizado por Ruth Escobar, que aconteceu na USP. Um relatório do DOPS sobre o congresso, além de revelar a infiltração de agentes no seio do ativismo, mostrou a preocupação profunda com a conjuntura de feminismo, sexo, socialismo, intelectuais de esquerda e ativismo em prol da democracia. O relatório notou a presença de feministas brasileiras e estrangeiras, e alongou-se – mais do que em qualquer outro assunto – sobre a discussão que as mulheres presentes mantiveram sobre o sexo. Segundo os agentes do DOPS, um seminário intitulado “O sexo e a escrita [sic]” enfocou o “sexo e a literatura e, principalmente, a literatura erótica que vem sendo escrita com mais frequência pelas mulheres de todo o mundo. Foi discutido também a pornografia e as diversas formas que pode ser apresentada, sendo criticada a repressão que a polícia e o governo fazem em torno da pornografia”.<sup>54</sup> Num exemplo talvez mais óbvio da suspeita – até paranoia – dos policiais vis-à-vis o feminismo, o comandante do SNI Octávio Aguiar de Medeiros mandou para o Ministro da Justiça uma reclamação sobre uma entrevista com as feministas (autodenominadas) Branca Moreira Alves e Mariska Ribeiro no *Jornal Repórter*. Com bem pouca explicação, Medeiros qualificou a entrevista como “atentado contra a moral e os bons costumes” – um julgamento sumário, na melhor das hipóteses, que parece ter sido baseado somente no apoio destas mulheres de uma libertação verdadeira do sexismo. Na verdade, a entrevista defendeu um quase tradicionalismo sexual e familiar, no qual as duas entrevistadas concordaram que não permitiriam sexo adolescente, antes do casamento, nas suas casas.<sup>55</sup> Como “atentado contra a moral e os bons costumes”, esta entrevista apareceu junto com as menções paródicas da homossexualidade acima anotadas – ao lado de, por exemplo, “Machões brigam para salvar suas bundinhas”. Para o SNI, como para outros policiais, estas catego-

53 DPF, Superintendência Regional do Estado de São Paulo, Serviço de Informações, “Relatório Periódico de Informação nº 026/10/80-SI-DPF/SP” (10 de novembro de 1980), AN/COREG, Fundo PF, DPF 47-A-0736-0829.

54 DEOPS/SP, “1º Festival nacional das mulheres nas Artes” (8 de outubro de 1982), AN/COREG, Fundo CISA, BR-AN-BSB-VAZ-046-0126, 1-2. Sobre vigilância da música soul e do *black power*, veja Alberto (2009).

55 Chefe do SNI ao Ministro Abi-Ackel, “Publicação pela imprensa de assuntos contrários à moral e aos bons costumes”, 7.

rias pareciam componentes de um todo – homossexualidade, “licenciosidade” e feminismo faziam parte de uma campanha mais ampla “ofendendo a moral brasileira e favorecendo os objetivos do comunismo”.

#### 4. Conclusão

Estes exemplos não mostram que a ditadura inteira, nem agências e facções dentro dela, perseguiram a homossexualidade com alacridade extraordinária; sem dúvida, a atividade homossexual não foi a razão principal por que tantos brasileiros sofreram vigilância, detenção, tortura e morte. O indispensável aqui, porém, é como as forças de repressão, especialmente as da linha-dura, viam na homossexualidade um componente de um complô mais amplo, inspirado pelo comunismo internacional e baseado na dissolução moral – e calculado para destruir o Brasil do interior. Com certeza, muitos brasileiros, dentro e fora do estado, em favor de e opostos à ditadura, experimentaram os anos 1960 e 1970 como décadas de turbulência sexual e cultural, na qual a homossexualidade desempenhou um papel de destaque. Em 1977, Dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – e não amigo do regime –, criticou o que ele chamou de o “processo gradual de permissividade no Brasil”, que “começou com o divórcio, agora foi a vez da pílula, amanhã será o aborto e, depois, o homossexualismo. Aí, será o fim”. Este Lorscheider moralmente apocalíptico, tanto como os seus antagonistas de direita, localizou a homossexualidade no fundo de um barril cheio de problemas morais e principalmente sexuais.<sup>56</sup>

O que diferenciou as perspectivas sobre homossexualidade por parte da direita, especialmente aqueles que vinham de dentro da ditadura, foi a inclinação em ver o comunismo e os inimigos da *segurança nacional* atrás do comportamento e, ultimamente, o movimento homossexual. A associação da homossexualidade, particularmente a homossexualidade masculina e transgressões estereotipadas das normas de gênero, com a subversão esquerdista, a degenerescência e o comunismo internacional já datava de várias décadas no Brasil, vinda do início do anticomunismo nacional. Quando o golpe chegou, em 1964, as forças policiais puderam recorrer a uma tradição de vincular atividade homossexual não só com patologia, mas também com ameaças à segurança e à viabilidade do Brasil. De fato, ideólogos famosos e até celebrados refletiram essa linha de pensamento nas

56 “INPS também fará controle familiar”. O Estado de S. Paulo, 29 de julho de 1977, p. 14.



instituições mais exaltadas da teoria e planejamentos militares – *Defesa Nacional*, a Escola Superior de Guerra e outros fóruns.

Com a emergência de um movimento organizado para os direitos homossexuais, estas ansiedades pareceram concretizar-se. Para as forças de segurança, já expostas à ideia do homossexo como arma na *guerra revolucionária*, o surgimento do ativismo gay identitário augurou um complô contra o estado e a sociedade. O problema, primeiro, foi a publicidade de tal ativismo, sua visibilidade – uma coisa que preocupava os teóricos e praticantes da contrassubversão nos seus vários níveis. Segundo, os mandachuvias da segurança nacional e os membros das comunidades de segurança e informações viam no movimento homossexual, ao lado da emergência na grande mídia de figuras gays ou que não seguiam as normas de gênero, um “incentivo ao homossexualismo”, inspirado pelos comunistas para minar a nação por meio de um apelo ao comportamento degenerado. Este receio acompanhou um enfoque particular na juventude – nas palavras do General Humberto de Souza Mello, Comandante do 2º Exército, “despertar variadas formas de erotismo, particularmente na mocidade (...) contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes” seria “uma componente psicológica da Guerra Revolucionária em curso em nosso país e no mundo”.

O general, neste momento, deu voz a mais um aspecto importante na caracterização do policiamento – ou do desejo a policiar – à homossexualidade nos anos 1970: a visão da homossexualidade como “uma componente”, uma de várias intrusões eróticas, obscenas, degeneradas na cultura e segurança nacional do Brasil. Enquanto a década progredia, e os movimentos sociais emergiam ao lado da pressão para a anistia e a democratização, as forças de segurança sentiam-se em combate e ameaçadas de forma crescente, não só pela abertura em si, mas também pela ausência (depois do início dos anos 1970) de uma ameaça acreditável de luta armada. Neste clima, policiais e espões agruparam vários movimentos sociais, incluso o homossexual, mas também o feminista, negro e indígena, com protesto social, com degenerescência, devassidão sexual e um “potencial revolucionário” generalizado, presumidamente para minar o estado e a sociedade. A linguagem apocalíptica da contrassubversão anticomunista prestou um ar do absurdo a isto quando os oficiais do SNI, ao lado dos censores e outros representantes da guarda pretoriana do estado – cada vez mais obviamente supérfluo –, encararam qualquer menção ao feminismo, black power, sexualidade e – claro – homossexualidade como evidência de uma conspiração em prol do tenebroso MCI – o chamado Movimento Comunista Internacional.



## Referências bibliográficas

ALBERTO, P. When Rio was black: soul music, national culture, and the politics of racial comparison in 1970s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 89, n. 1, p. 3-39, 2009.

\_\_\_\_\_. *Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth-century Brazil*. Durham: University of North Carolina Press, 2011.

ARARIGBOIA. Os filmes 4R. *Defesa Nacional*, 632, p. 75-94, jul.-ago. 1970.

CALIL, G. G. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.

CORÇÃO, G. *O Globo*, 27 mar. 1963.

COWAN, B. *Conspiracy and orgies: sex, the right, and national security in Cold War Brazil*. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. Sex and the security state: gender, sexuality, and “subversion” at Brazil’s Escola Superior de Guerra, 1964-1985. *Journal of the History of Sexuality*, v. 16, n. 3, 2007.

\_\_\_\_\_. Why hasn’t this teacher been shot? Moral-sexual panic, the repressive right, and Brazil’s national security state. *Hispanic American Historical Review*, v. 92, n. 3, p. 403-436, 2012.

FARIA, O. *Machiavel e o Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

FRANCO, B. M. Repressão no Itamaraty: os tempos do AI-5. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 jun. 2009.

GASPARI, E. Os documentos da censura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jun. 1978.

GREEN, J. *Beyond carnival: male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Doctoring the national body: gender, race, eugenics, and the “invert” in urban Brazil, ca. 1920-1945. In: FRENCH, W. E.; BLISS, K. E. *Gender, sexuality, and power in Latin American since independence*. Nova York: Rowman and Littlefield, 2007. p. 204-205.

GUIMARÃES, C. Z. *Homossexualismo: mitologias científicas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

HANCHARD, M. *Orpheus and power: the “movimento negro” of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

JORDÃO, E. R. *Os caminhos do absurdo ou o triunfo da estupidez: contos*. Goiânia: Oriente, 1972.

LIMA, D. M. *Os homoeróticos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 59-61, 105-106.

LOPES, M. A. Rumos para a educação da juventude brasileira. *Revista Militar Brasileira*, v. 89, n. 3, p. 54-55, 1968a.

\_\_\_\_\_. Liberdade e democracia. *Defesa Nacional*, n. 622, p. 5-6, 1968b.

KURI, A. R. El lado oscuro de la luna. El momento conservador en 1968. In: PANI, E. (Ed.). *Conservadurismo y derechas en la historia de México*. México: Fondo de Cultura Económico; Conaculta, 2009.

LANGLAND, V. *Speaking of flowers: student movements and the making and remembering of 1968 in military Brazil*. Durham: Duke University Press, 2013.

LEITE, S. F. *Cinema brasileiro: das origens à retomada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MANZANO, V. *The making of youth in Argentina: culture, politics, and sexuality, 1956-1976*. Tese de Doutorado. Indiana University, Bloomington, 2009.

MARCELINO, D. A. Moralistas de plantão. *Revista de História*, 2008.

MARTINS, W. S. N. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PENSADO, J. M. *Rebel Mexico: student unrest and authoritarian political culture during the long sixties*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

SADEK, M. T. A. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana*. Rio de Janeiro: Edições Símbolo, 1978.

SANDOVAL, A. S. F.; PINHEIRO, M. C.; DANTAS, V.; TUPY, D.; LOPES, T.; VARGAS, L.; MIGUEL, J. A.; BEIRÃO, N. Os "gays" saíram à luz. *IstoÉ*, p. 9, 28 dez. 1977.

SILVA, C. L. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2001.

SIMÕES, I. A censura cinematográfica no Brasil. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.